

PERSPECTIVAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MATOPIBA, AVANÇO DO CULTIVO DA SOJA E AJUSTE ESPACIAL

Débora Assumpção e Lima¹
Mariana Leal Conceição Nóbrega²
Vicente Eudes Lemos Alves³

Resumo

Baseado no acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o MATOPIBA vem se consolidando com uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) com expressivos investimentos para a agricultura científica globalizada voltada para a produção de grãos, em especial soja. Propõe-se analisar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, materializado pelo decreto 8.447 em maio de 2015, e compreender o avanço do circuito espacial produtivo de grãos – plantio, implicações normativas e logísticas na produção e circulação das *commodities*. Esse processo de crescimento de cultivares dentro do paradigma da agricultura científica é acompanhado por uma situação de seletividade espacial, uma vez que o PDA não abrange todo o território dos quatro estados formadores do MATOPIBA. Essa seletividade pressupõe a lógica espacial de desenvolvimento desigual, permitindo formas de acumulação de capitais nacionais e estrangeiros que estão atrelados à ordens externas, servindo ao ajuste espacial necessário aos monopólios das empresas do sistema alimentar, principalmente a Bunge, Cargil, Granol e fundos de capital financeiro.

A concorrência comercial e produtiva, exacerbada nas regiões competitivas com a gradual ocupação de estabelecimentos e normativas que favorecem o avanço de monocultivos tecnificados de *commodities* encurralam os demais produtores rurais ligados a outros processos de produção. Não há projetos de destaque dentro do PDA para a agricultura familiar (se pensarmos dentro dos sujeitos agrários de conceituação estatal) ou até mesmo para quilombolas e reservas extrativistas; criando um quadro de pouca diversidade produtiva e vulnerabilidade territorial.

Palavras-chave: políticas agrícolas, *commodities*, soja, vulnerabilidade territorial.

Introdução

A formação territorial do Estado nacional brasileiro é um contraditório processo de reprodução das relações de produção (abertas à transformação) no interior do processo mais amplo de modernização, que produz, diferencia e delimita (também contraditoriamente) o território do capital. Assim como afirma Moraes (2002), o Estado se impõe antes de tudo como modelador do espaço, um gestor das políticas territoriais. Esse fazer política revela formas e modos de valorização dos lugares.

O mote desenvolvimentista ilustrado pelo Moraes de um presidente brasileiro: “governar é construir estradas”, mostra a concepção de um espaço que deve ser acessado, dominado e explorado; em que o Estado, longe da ufania de um projeto nação, mostra-se como um elemento executor de determinações externas das economias periféricas – áreas de ajuste espacial – do sistema capitalista (HARVEY, 2005; 2006). Essa reverberação de ordens e comandos no território brasileiro segue a tendência das teorias do desenvolvimento (geográfico) desigual⁴, “estimulando ou contendo fluxos,

¹Doutoranda do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Prof^a Substituta do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Rio Claro).

² Doutoranda do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

³ Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

⁴ No artigo “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, Michael Lowy apresenta, sob o viés marxiano, como a articulação de espaços de produção específica (e especializada) é imprescindível para o avanço desigual do modo de produção capitalista: “Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são

direcionando explorações, intensificando ou estagnando atividades. Tais ajustes manifestam-se como vagas modernizantes que periodicamente emergem na formação brasileira” (MORAES, 2002, p.141). Desta feita, a valorização capitalista do espaço realiza as determinações gerais do modo de produção capitalista, construindo territórios únicos, onde através do desenvolvimento técnico, se agrega cada vez mais trabalho morto. O que há é a redefinição do valor dos lugares, nos quais a valorização capitalista do espaço é a própria valorização do capital⁵, ou nas palavras de Milton Santos: “produzir é produzir espaço”.

No que tange o desenvolvimento técnico e o trabalho, não se deve compreender que técnica e trabalho são semelhantes; todavia, a técnica está diretamente ligada à ação do trabalho, que sob a ótica marxiana, seria o conceito fundamental ligado a criação de valor e mediador entre as relações sociais em sua multiplicidade material e imaterial. A implementação de um modelo técnico (que difere-se do modo de produção) é a medição entre o trabalho e o mais-valor, mas não substitui o conceito de trabalho em si.

A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como a relações de classes sociais entre si e as relações entre as nações (SANTOS, 2009, p. 16).

De acordo com Santos (1994; 2009), a técnica é responsável pelo modo de produção e, por conseguinte pelas relações de trabalho, e não o contrário. O trabalho é entendido como categoria dentro do sistema de produção vigente, ou seja, o capitalista. A técnica, com sua relação direta ao trabalho só permite a concepção do trabalho objetivado, pressupondo um espaço no qual a racionalidade não tem outra razão que não o lucro, ou até mesmo que “a produção depende do artifício [técnico], subordinando-se aos determinismos do artifício”; sugerindo uma relação fetichista entre técnica e trabalho (SANTOS, 1994, p.41).

Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição, etc.; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço. [...] Essas técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que presidem a elas, o que noz conduz sem dificuldade de modo de produção e relações de produção (SANTOS, 1994, p.57).

O Estado nacional como promotor do processo de modernização contemporânea do campo brasileiro tem assumido a promoção de espaços favoráveis à expansão do capital, seja implantando condições físicas de infraestrutura de distintas naturezas para o avanço do capital, seja criando normatizações que possam garantir a instalação e sua presença, sobretudo naquelas áreas de maior possibilidade de valorização do capital e que permite uma nova rodada de acumulação, em conformidade ao que Harvey (2011) nos aponta sobre a nova fase do capitalismo globalizado.

A visão integrada do território se perde nesse processo de “balconização das políticas públicas. A crise freia o próprio ritmo da expansão territorial. E as fronteiras virtuais de

as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta”. Neste texto não se trata de formas pertencentes a modos de produção diferentes, mas de ramos distintos da produção: a indústria e a agricultura, o capital e a renda fundiária. Mas pode-se facilmente alargar o alcance desta formulação e utilizá-la para compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais onde subsistem relações pré-capitalistas: ele é a “luz universal” que modifica todas as outras “cores” econômicas e sociais (p.73).

⁵ “Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a aprendizagem (conservação) desses construtos, as modificações, que do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa a criação de valor” (MORAES & COSTA, 1987, p.123).

acumulação tornam-se mais atrativas que os investimentos materiais, envolvendo a economia brasileira pesadamente nos circuitos da circulação financeira. A valorização “fictícia” do capital comanda esse novo momento, que tem como diretrizes o “mercado” e a “globalização”. Talvez seja esse o mote contemporâneo da velha maldição colonial: construir o país é agora globalizá-lo, como já foi no passado civilizá-lo e modernizá-lo (MORAES, 2002, p.142).

Com o avanço da globalização e a ampliação das contradições próprias do sistema produtor de mercadorias, o espaço geográfico reflete as duas lógicas de apropriação da terra: a) a terra como negócio apropriada pelos representantes do capital, b) a terra de trabalho (MARTINS, 1994), apropriada pelos povos e comunidades tradicionais. Neste esforço acadêmico aqui manifestado em forma de artigo, atentar-se-á a lógica da terra como mercadoria, entendendo o PDA MATOPIBA como um projeto de avanço da violência estatal (econômica e extraeconômica) via agricultura científica globalizada. Tal plano tem como objetivo promover e coordenar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de commodities agrícolas, principalmente grãos (soja), eucalipto e carne, que pouco contempla os anseios da produção sob a lógica da terra de trabalho.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA enquanto Região Produtiva Agrícola

O PDA MATOPIBA materializado pelo decreto 8.447 em maio de 2015 é fruto de diversas ações do Estado agroexportador como promotor do avanço da fronteira agrícola moderna no país.

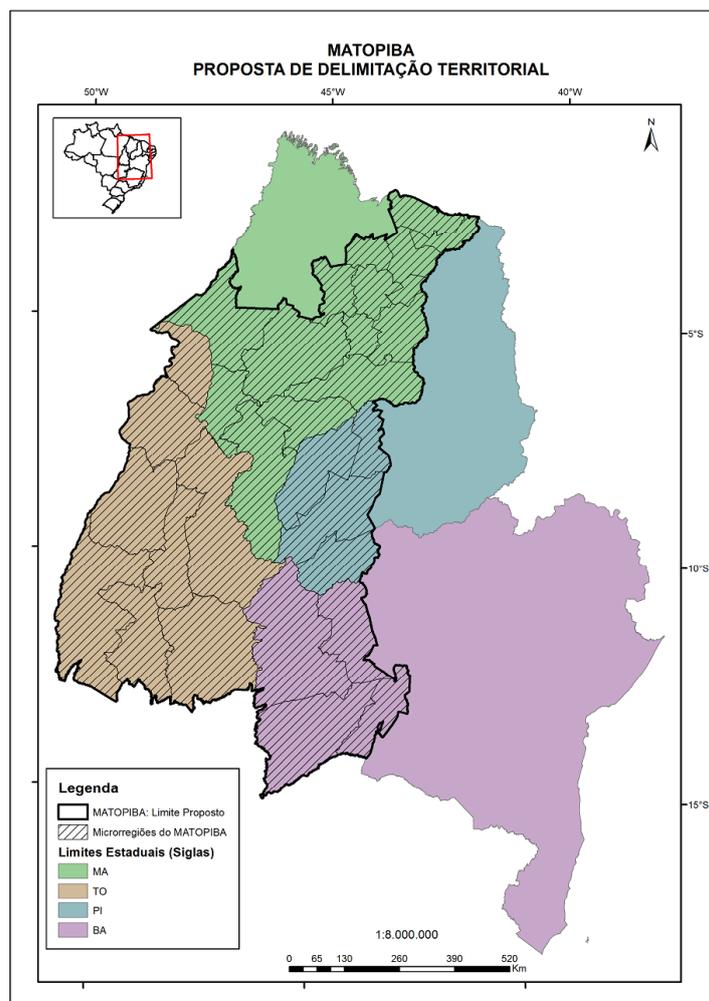
Diversas notas técnicas foram disponibilizadas pela Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), realizadas pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE)⁶, sediado na Fazenda Chapadão no município de Campinas-SP.

O GITE tem-se ocupado de um projeto “especial”, focado no desenvolvimento da agricultura científica globalizada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O projeto foi denominado oficialmente pelo Estado de “MATOPIBA” denominação inclusive, bastante sugestiva no que diz respeito às consequências da adoção hegemônica desse modelo de desenvolvimento.

A delimitação territorial proposta para o MATOPIBA é constituída de 15 microrregiões distribuídas em 135 municípios e abrange uma área de 23.982.346 hectares, o que corresponde a 33% da extensão territorial do estado maranhense; 08 microrregiões localizadas em 139 municípios, e abarcando uma área de 27.772.052 ha, correspondendo a 38% do estado tocaninense; 04 microrregiões distribuídas em 33 municípios abrangendo uma superfície territorial de 8.204.588 ha, representando 11% do estado piauiense e por fim 04 microrregiões espacializadas em 30 municípios, compreendendo 13.214.499 hectares, representando 18% do estado baiano (BRASIL, 2015). Além disso, a região engloba 324.326 mil estabelecimentos agrícolas (BRASIL, 2015). É interessante observar no mapa 1.1 que o estado do Tocantins está inteiramente contido no PDA MATOPIBA.

Mapa 1: Proposta de Delimitação Territorial do Matopiba

⁶ Conforme o sitio eletrônico do GITE, seu papel é prestar serviços e desenvolver estudos sobre monitoramento, planejamento e inteligência territorial estratégica, prioritariamente, para a Diretoria da Embrapa, a direção de diversos Ministérios (MAPA, MPOG, MDA...) e órgãos da Presidência da República. Disponível em <https://www.embrapa.br/gite/>, acesso em 03.12.2015.



Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – Embrapa Campinas, 2015.

São visíveis as semelhanças do PDA ao Projeto de Lei Complementar (PLC) 228/2012. Tal PLC instituiu a Região do complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte, abrangendo os estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, em sua totalidade; o estado de Goiás, acima do paralelo de 16° de latitude; os municípios do sudeste do Pará e o nordeste do Mato Grosso⁷.

O Corredor Centro-Norte se constitui no principal conjunto multimodal de transportes, destinado a interligar a região central do País ao Norte e ao Nordeste, através da Hidrovia Araguaia-Tocantins, da Ferrovia Norte-Sul e da Estrada de Ferro Carajás, com integração ao sistema rodoviário convencional e ao sistema ferroviário da Companhia Ferroviária do Nordeste.

A importância estratégica do corredor está relacionada à necessidade premente de escoar a produção agrícola, mineral e industrial da região central do País, bem como na necessidade de dotar essa área, que corresponde a mais de 40% do território brasileiro, da infraestrutura exigida pelo seu expressivo dinamismo econômico[...] A implantação de um programa especial para a área do Corredor Centro-Norte contribuirá inegavelmente para a integração nacional, minimizando os custos do transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste com o Sul e Sudeste, por meio das conexões ferroviárias, rodoviárias e fluviais. (BRASIL, 2012, s/n).

A ideia do corredor implicava em criar densidades técnicas em pontos da região, consolidando o corredor Centro-Norte como importante variável no circuito espacial produtivo de grãos.

⁷Entretanto, a CONAB inclui o Oeste da Bahia para as análises do corredor Centro-Norte, região que também se destaca pelo avanço da agricultura científica globalizada via expansão do plantio de grãos para exportação.

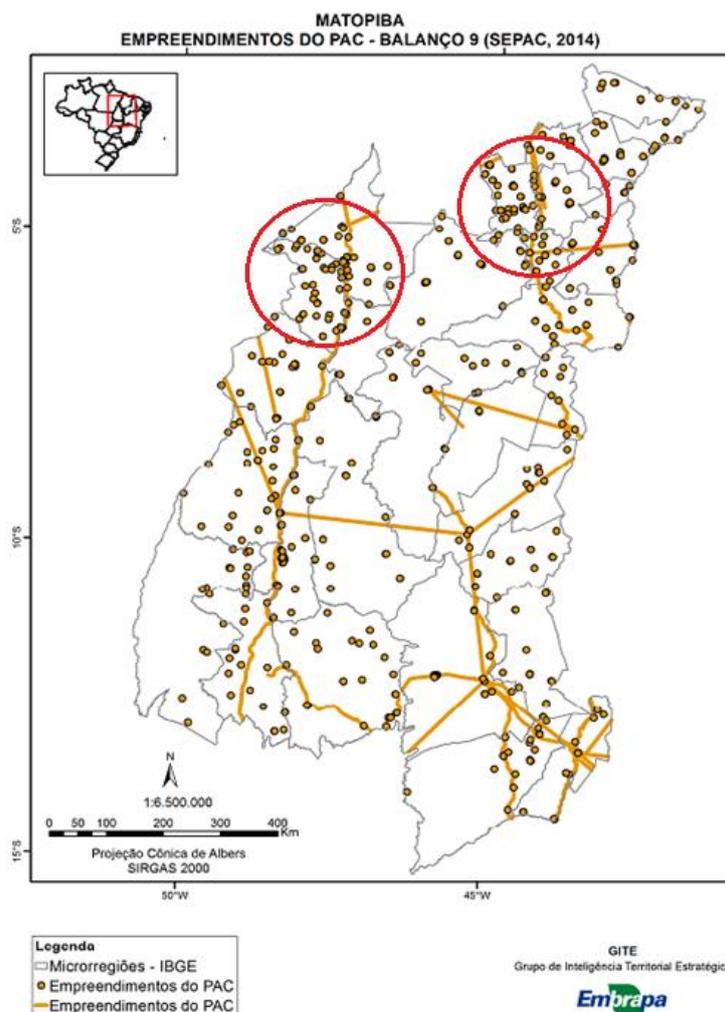
Essa área de avanço do capital nos cerrados centrais e setentrionais que tem como “carro-chefe” atividades agrícolas com elevada concentração de capital, organização e tecnologia com pontos conectados à logística da soja, como Imperatriz (MA), Porto Franco (MA), Campos Lindos e Porto Nacional (TO), Uruçuí (PI), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA), criando um movimento de descentralização seletiva nas áreas do Centro-Oeste para os cerrados do Norte e Nordeste. Bernardes et al. (2009) já identificava tal processo de avanço desse tipo de agricultura nessa região dos cerrados, denominando a região de BAMAPITO. Tal ordenamento do acrônimo demonstra de ordem decrescente a importância de cada estado na produção de grãos no cenário nacional. Essa nova fronteira integra importantes sistemas de escoamento que contam com uma complexa rede intermodal e três grandes complexos portuários: Suape (PE), Pecém (CE), Aratu/Ilhéus (BA), Itaquí/Ponta Madeira (MA). As Estradas de Ferro Carajás e a Ferrovia Norte-Sul centralizam o corredor de escoamento de exportação por diversas rodovias, como a BR- 230 e a BR-010, conectando as áreas dos cerrados piauienses e maranhenses. O modal hidroviário também compõe esta rede de transporte de grande escala na região, interligando suas rotas às de rodovias e de ferrovias do Corredor de Exportação Norte através dos projeto de navegabilidade dos rios Araguaia, das Mortes e Tocantins, construindo uma via de circulação entre os estados do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Goiás. O projeto de navegação Araguaia-Tocantins interliga-se aos pontos de entroncamento para transferência de modal, tais como as ferrovias Norte-Sul e Carajás, e ao Porto de Vila Velha do Conde (PA).

Entende-se que essa macroestrutura torna a região funcional ao agronegócio globalizado, permitindo que os principais agentes do circuito sejam as empresas agropecuárias e agroindustriais, as tradings e corporações concernentes às redes agroindustriais são os principais agentes desse espaço agrário, urbano e regional⁸ (ELIAS, 2015). Neste sentido, Elias destaca que essa funcionalidade é um dos elementos da RPAs, híbridos compostos por modernos espaços agrícolas e espaços urbanos não metropolitanos, formando pontos ou manchas de rede agroindustriais⁹, perpassadas por “circuitos de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1996). Aqui o MATOPIBA se afasta da ideia de região da Geografia Clássica e se aproxima da ideia de lugares funcionais dos circuitos, onde a RPA muitas vezes não participa da ingerência efetiva das produções agrícolas e agroindustriais, abertas às influências exógenas e aos novos signos impostos pelo capital. Observando o mapa 1.2 dos empreendimentos do empreendimento do PAC pode-se ter clareza da constituição dessa rede de pontos de concentração técnica na RPA. Além disso, observa-se uma concentração de grandes investimentos em infra-estruturas na região entre Araguaína (TO) e Porto Franco (MA), cortando a BR153 e o terminal intermodal da cidade maranhense; e entre Balsas (MA) e Uruçuí, importantes cidades do agronegócio da RPA.

Mapa 1.2 Matopiba e empreendimentos do PAC

⁸É importante relativizar aqui a dicotomia entre cidade e campo. Aqui essa relação cria mais uma noção de complementariedade, conforme apontado em outros trabalhos de Milton Santos e Denise Elias.

⁹“As redes agroindustriais compõem os territórios do agronegócio globalizado e reúnem as atividades inerentes ao agronegócio globalizado, seja a atividade agropecuária intensiva propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes, serviços de aviação, etc.), sejam as atividades de transformação industrial cuja matéria-prima provém da atividade agropecuária (indústria de alimentos, biocombustível etc.); sejam as atividades de distribuição comercial de alimentos, in natura ou transformados etc.



Fonte: GITE Embrapa, 2015.

O espaço torna-se fluido e permite que os fatores de produção, mercadorias, produtos, capital e trabalho passem a ter grande mobilidade. As forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas em sua forma e em seus efeitos, mas diferentemente do *meio técnico*, difundem-se de forma mais rápida (SANTOS, 2004). Há uma especialização de tarefas no território, já que os objetos criados pelas atividades hegemônicas são dotados de intencionalidade específica: uns objetos surgem com uma vocação simbólica, mas em grande parte possuem uma vocação mercantil,

de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, tanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área, e há correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes. A especialização do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova divisão territorial do trabalho que se impõe (SANTOS, 2008, p. 44).

Chama a atenção que o decreto do PDA MATOPIBA é direcionado a um público específico a intitulado, “classe média do setor rural”. É importante perceber, todo o aparato criado pelo governo brasileiro favorecendo este setor, principalmente por meio de marcos legais expressos através de leis, decretos e portarias que fazem as amarrações e delineiam o desenvolvimento às avessas do qual o agronegócio brasileiro é protagonista. O referido decreto tem como finalidade “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DECRETO Nº 8. 447 DE 6 DE MAIO DE 2015).

Além disso, o referido dispositivo legal também rege as seguintes cláusulas:

§ 2º O PDA-Matopiba orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes:

I – desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II – apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e

III – ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais. .

§ 3º A implementação do PDA-Matopiba deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgãos e entidades dos demais entes federativos e a participação dos setores organizados da sociedade local (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DECRETO Nº 8. 447 DE 6 DE MAIO DE 2015, grifo nosso).

Esta nova lógica está inserida em um contexto de implantação do circuito espacial¹⁰ produtivo (Santos, 2003 [1979]) de monocultivos de espécies vegetais alienígenas¹¹ e de suas inter-relações com os projetos de infraestrutura – indústrias siderúrgicas, ampliação e duplicação de ferrovias e das redes de transmissão de energia que ocupam os espaços de vegetação original ou antigas fazendas de produção de lavouras temporárias, sobretudo de arroz, e de pecuária bovina. Empresas como a Suzano Papel e Celulose, Bunge, Cargill entre outras, desempenham esse papel nos estados abarcados pelo MATOPIBA, com bastante fluidez, pois são detentoras de grande poderio econômico e dispõem de todo um ambiente favorável para instalação e execução do seu circuito produtivo, traduzido em incentivos fiscais e legislações que regulamentam sua operação.

O Matopiba é formado por 73 milhões de hectares distribuídos pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, produziu 9,4% das 209,5 milhões de toneladas de grãos na safra 2014/2015. O Matopiba foi responsável por 19,7 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho, em uma área de 5,7 milhões de hectares. A região conta com quase 6 milhões de habitantes e 324 mil estabelecimentos agrícolas. Somente na soja, o Matopiba produziu 8,7 milhões de toneladas de soja na safra do período de 2013/2014. (PORTAL BRASIL, 2015)

Na contramão da tão anunciada crise econômica brasileira, o crédito para a agricultura científica globalizada (SANTOS, 1986; ELIAS, 2003; CASTILLO, 2008) cresceu 2,63% em comparação com 2014, com destaque para alta de 29% no custeio das lavouras. O maior volume do total destinado à agricultura científica globalizada foi para custeio da produção rural, que recebeu pouco mais de R\$ 29 bilhões. O montante é 29% superior aos R\$ 22,5 bilhões do período julho-agosto em 2014. As linhas de crédito destinadas a esse tipo de agricultura movimentaram R\$ 39,972 bilhões entre julho e setembro deste ano, os três primeiros meses do Plano Safra 2015/2016. (PORTAL BRASIL, 2015)

¹⁰Para Castillo e Frederico (p. 462,2010) “A expansão dos circuitos espaciais produtivos torna mais complexa a gestão e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais, fazendo das grandes corporações os agentes privilegiados da articulação entre os lugares, ou seja, da unificação das diversas etapas, geograficamente segmentadas, da produção. A logística, compreendida como a manifestação hegemônica da circulação no período histórico atual, torna-se prioridade de agentes públicos e estratégia de grandes empresas para conferir fluidez e racionalidade aos circuitos espaciais produtivos, passando a ser uma das mais contundentes expressões geográficas da globalização, imprescindível para a realização da produção em escala mundial”. Para aprofundamento sobre o conceito de circuito espacial produtivo ver: Castillo, Ricardo. Frederico, Samuel. In: Espaço Geográfico, Produção e Movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dezembro, 2010.

¹¹Na obra O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI, os autores Milton Santos e Maria Laura Silveira advogam a tese sobre a inserção de atividades no território brasileiro relacionadas ou não a exportação referentes a agricultura, indústria ou atividades suportes que seriam especializações alienígenas e alienadas.

PDA MATOPIBA e a expansão da lógica da fronteira agrícola dos cerrados Centro-Norte

Estudos de Bernardes (2009), Alves (2009, 2015) revelam a expansão das atividades produtivas do agronegócio brasileiro para o Sul do Maranhão, Sudoeste e Sul do Piauí, Oeste da Bahia e Tocantins, ocasionando novos processos de seletividade espacial e de especialização produtiva, e sem dúvida, concentração de riqueza e exclusão social.

Essa reorganização territorial caracterizada pela divisão territorial e social do trabalho não é nova, pois tais áreas já sofreram organizações anteriores, provocando uma desagregação das relações de grupos sociais e a desconstrução e reconstrução de relações de poder entre esses grupos (BERNARDES, 2009).

A região oficializada pelo governo brasileiro como Matopiba, já havia sido caracterizada anteriormente por setores da academia de BAMAPITO (BERNARDES et al, 2009), e as análises realizadas, revelavam contradições que se tornam visíveis e acentuadas com a expansão da denominada agricultura moderna, sob um contexto elitista e de forte exclusão social. Conforme nos esclarece ALVES (2009, p. 155):

A região dos cerrados nordestinos abrange o oeste baiano e o sul dos estados do Maranhão e Piauí, mas pode ser estendida, como área de influência, para a parte centro-oriental do Tocantins, onde se verifica uma situação de modernização contemporânea muito semelhante ao que ocorre nos cerrados nordestinos. Os vínculos econômicos, sob o comando do agronegócio, estabelecidos entre os cerrados nordestinos e Tocantins são responsáveis pela configuração de um novo delineamento regional, o qual recebe a denominação de “MAPITO”, referência utilizada para designar os vínculos dos cerrados maranhenses, piauienses e tocantinenses. Poderíamos incluir nesse novo complexo regional os cerrados do oeste da Bahia, sub-região que possui intensa ligação tanto com o Tocantins quanto o Maranhão e o Piauí. Desse modo, a denominação “BAMAPITO” expressa melhor os contornos geográficos da nova região.

Devido a sua estrondosa produção, notadamente de grãos, a região se apresenta, segundo anuncia o governo brasileiro, como nova fronteira agrícola do país. Na safra 2014/2015, a produção de soja teve aumento de 21,7% e chegou a 10,5 milhões de toneladas, equivalentes a 11% da produção nacional de soja. A Bahia se destaca em produtividade, com 2.940 quilos por hectare e 4,2 milhões de toneladas colhidas. No período de 2013/2014, o Matopiba colheu 4,42 milhões de toneladas de milho. A produção subiu para 4,45 milhões de toneladas na safra atual, o que equivale a 5% do total nacional. O Maranhão se sobressaiu com 1,3 milhão de toneladas. A maior produtividade foi registrada no Piauí, com 7.186 kg/ha de milho. (PORTAL BRASIL, 2015)

A produção de algodão em pluma do Matopiba, em uma área de 315 mil hectares, chegou a 495 mil toneladas na última safra – a maior parte na Bahia. O volume equivale a 32% da produção brasileira. No cultivo de arroz, o Tocantins destaca-se na produção (605 mil toneladas) e na produtividade (4.745 kg/ha). A região produziu 986 mil toneladas do cereal na safra 2014/2015, equivalentes a 8% do total nacional. (PORTAL BRASIL, 2015).

Segundo o documento elaborado pelo governo federal brasileiro intitulado “Projeções do Agronegócio - Brasil 2014/15 a 2024/2025”, a região do Matopiba deve atingir uma produção de grãos entre 22,5 e 28,0 milhões de toneladas nos próximos 10 anos numa área plantada de 8,7 milhões de hectares em 2024/25, mas que poderá atingir 11,4 milhões de hectares em seu limite superior ao final da próxima década. As projeções indicam que essa região deverá produzir 22,5 milhões de toneladas de grãos em 2024/25 (aumento de 16,0% em relação a 2014/15) e uma área plantada de grãos entre 8,7 e 11,4 milhões de hectares ao final do período das projeções.

Tabela 01 – Projeções MATOPIBA 2014/2015 à 2024/2025

MATOPIBA – Mil Toneladas				
Produção (Mil – Toneladas)			Área Plantada – Mil Hectares	
	2014/15	2024/25	2014/15	2024/25
Grãos	19.385	22.484	7.343	8.719

Fonte: AGE/MAPA e SGE/Embrapa. Org.: M.L.C, Nóbrega, 2015

Contudo, em meio a todos esses números, relacionados à significativa produtividade do setor de grãos do agronegócio, o que realmente ocorre é uma espécie de maquiagem da realidade social por meio de equações estatísticas, que não revelam que “os modernos sistemas técnicos não conseguem eliminar completamente as estruturas tradicionais anteriores, muitas das quais coexistem com a agricultura cientificizada, a exemplo da pequena produção agrícola, aspectos geradores de conflitos” (BERNADES apud ALVES, 2008, p. 15).

Aos altos rendimentos obtidos pela produção agrícola em áreas de Cerrado (à custa dos ainda baixos preços da terra, forte componente tecnológico, desrespeito à legislação ambiental e trabalhista, incentivos dos poderes públicos locais e regionais dentre outros elementos) não corresponde em igual medida uma adequada estrutura de circulação. Surge daí a necessidade de dar fluidez a massas enormes de produtos de baixo valor agregado, gerando uma demanda por logística, suprida, pouco a pouco, por investimentos públicos, privados e híbridos (concessões de serviços públicos a empresas privadas, parcerias público-privadas, contratos semi-formais estabelecidos entre produtores e governos municipais e estaduais). (CASTILLO, 2008, p. 5)

No Maranhão o avanço do agronegócio foi muito associado aos investimentos da soja no estado, porém, estudos mais recentes e os movimentos sociais que atuam no campo começam a relacioná-lo com investimentos na monocultura do eucalipto – nas regiões do Baixo Parnaíba, Tocantina e toda a região dos Carajás¹² - e na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar. Nos últimos 20 anos, empresas transnacionais e grandes e médios produtores do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo são atraídos pelas vantagens oferecidas pelo governo estadual – com aporte de recursos públicos, por meio de subsídios, para a produção de monocultivos (PINHEIRO, 2007).

O investimento em soja e em eucalipto¹³ está associado à siderurgia. Todo o produto proveniente do desmatamento no plantio da soja, na região sul e no Baixo Parnaíba, tem uma estreita relação com a produção de carvão vegetal para abastecer a siderurgia no Maranhão. A procura pelo carvão está pressionando grupos que vivem da produção familiar e do extrativismo vegetal, inviabilizando o acesso de populações extrativistas ao bem natural¹⁴. A atividade do extrativismo do babaçu, antes assumida predominantemente por mulheres, hoje tem outros sujeitos, como empresas, na disputa pela riqueza natural.

O MATOPIBA é apontado pelo agronegócio brasileiro como a nova fronteira do

¹² Referimo-nos à área geográfica que abrange o município de Imperatriz e seu entorno até o sul do estado maranhense e à região dos Carajás, toda a área afetada pela construção da Estrada de Ferro Carajás – EFC, para o escoamento do minério extraído pela Companhia Vale.

¹³O cultivo de eucalipto no Maranhão vem sendo estimulado e expandido desde a década de 1990, primeiro através da CELMAR Indústria Papel e Celulose, empresa que pertencia a então Companhia Vale do Rio Doce. Inicialmente, a produção de eucalipto teve forte concentração em Açailândia, Imperatriz e em Urbano Santos. Atualmente esse negócio vem sendo assumido pela Suzano Papel Celulose, instalada no município de Imperatriz.

¹⁴ Existem situações, em que as mulheres trabalham no chamado sistema de barracão, sistema comum nas regiões maranhenses do Médio Mearim e Tocantina, em que um intermediário arrenda um pedaço de terra do fazendeiro e contrata os serviços das quebradeiras de coco babaçu, através do pagamento de diárias, para que elas quebrem o coco e entreguem ao contratante a amêndoa e a casca do coco. PNCSAa (2005); PNCSAb (2005)

agronegócio, sendo considerado como excelente oportunidade de investimento, encontrando inclusive excelentes condições para o estabelecimento de atividades agroindustriais, no entanto tais investimentos desconsideram as dimensões sociais, culturais e ambientais de grupos sociais que historicamente sempre tiveram seus direitos negados, inviabilizados e eliminados.

Considerações Finais

As diferentes formas que assumem os processos de expansão do capital revestidos sob a forma de projetos agropecuários, industriais e de infraestrutura vêm ao longo da história mundial e brasileira alterando a formação e estrutura produtiva em diferentes regiões do país.

Diante da lógica hegemônica que já vem sendo delineada no território brasileiro, desde a época do governo militar, sobretudo nas décadas de setenta e oitenta, quando intensificaram as transformações na formação econômico-social da Amazônia e dos Cerrados e, em espaços delimitados, observa-se, em profundidade, mudanças sociais e ambientais, especialmente nas regiões escolhidas para implementar os projetos de infraestrutura, mineração, agropecuária agroindustriais e colonização.

O poder globalizado não pode simplesmente ser imposto a um território conquistado, nem pode transformar os territórios conquistados sem o apoio de um Estado nacional representativo, visto que a relação de cidadania, ou sua promessa, é momento estruturante desta forma territorial. Neste sentido, o estudo das dinâmicas da totalidade capitalista em processo só pode ser adequadamente apresentada tendo em vista as formações particulares das diversas escalas desta forma territorial. O processo de expansão territorial do capitalismo possibilita, segundo esta interpretação, não só a conquista de novos territórios, mas também implica a imposição violenta das normas e da materialidade ao lugar. O sentido é desde logo a acumulação de capital, que pode vir, mas não necessariamente, a criar as condições para que a personificação da acumulação do capital, o capitalista, possa vir a prescindir da violência, o que muda a forma institucional da imposição da territorialidade.

O Estado media a criação de formas adequadas no cerrado brasileiro para o circuito espacial produtivo da soja de forma a inserir no mercado global, aumentando a instabilidade espacial em função da turbulência do mercado mundial, exigindo contínuas readaptações das técnicas envolvidas, das empresas, das instituições nas RPAs, aqui operacionalizada no MATOPIBA. O lugar se torna vulnerável às oscilações do preço da commodity no mercado internacional bem como aos interesses das empresas que detém grande participação no circuito, já que as relações entre as empresas e os produtores, responsáveis pela produção da soja de é volátil.

Bibliografia

ALVES, V. E. L. **A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira**. Agrária, jan/julho 2005. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária. ISSN 1808-1150. www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria.

ALVES, Vicente E. L. As Novas Dinâmicas Socioespaciais Introduzidas pelo Agronegócio nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Júlia Adão. BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ALVES, Vicente E. L. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; NOBREGA, Mariana Leal C. **Ações coletivas de povos, comunidades tradicionais** e movimentos sociais face à devastação gerada por agroindústria na Pré-Amazônia. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2013.

- BECKER, Bertha K. **A crise do Estado e a região**. A estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48 (1), pp. 43-62, jan/mar, 1986.
- BECKER, Bertha K. Logística e a Nova Configuração do Território Brasileiro: Que Geopolítica será Possível? In: **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. DINIZ, Clélio Campolina (organizador). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O. (orgs.) Geografias da Soja: A Territorialidade do Capital. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2009.
- BRASIL, Projeto de Lei Complementar 228/2012.
- Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Nº 4 (julho, 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014
- Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 5. Quebradeiras de coco babaçu do Pará. São Luís, 2005
- CAMELINI, J. H. ; CASTILLO, R. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 11, p. 7-18, 2012.
- CASTILLO, R. A. ; Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: Márcio Rogério Silveira. (Org.). **Circulação, transportes e território: diferentes perspectivas**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. , p. 331-354.
- CASTILLO, Ricardo. FREDERICO, Samuel. In: **Espaço Geográfico, Produção e Movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dezembro, 2010.
- CASTILLO, R. A. **Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro**. Investigaciones Geográficas. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, México DF, n. 55, p. 79-96, 2004.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Xamã VM Ed. Graf. Ltda. - São Paulo, 1996.
- ELIAS, D. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil**. In: ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR, v.13, n.2. 2011.
- ELIAS, D. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, núm. 270 (74), 2008.
- ELIAS, D. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional**. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, v. , p. 49-66, 2007.
- ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (03), 2006.
- ELIAS, D. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 9, no 8 , jan/jun, p-29-51, 2006.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo. Edusp, 2003.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Agropecuário. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. "O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação

por desapossamento". In: **Lutas Sociais**. São Paulo: PUC-SP, Volume 13/14 p. 1-30, 2005.

HARVEY, D. "O "novo imperialismo": ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento (Parte II)". In: **Lutas Sociais**. São Paulo: PUC-SP, Volume 15/16 p. 21-34, 2006.

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Actuel Marx, n18, 1995 (tradução de Henrique Carneiro).

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. MAGALHÃES, Lucíola Alves. CARVALHO, Carlos Alberto de. **Nota Técnica 1: Proposta de Delimitação Territorial do Matopiba**. Campinas – SP, Maio, 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Et al. **Caracterização Territorial Estratégica do Matopiba**. Campinas – SP, Fevereiro, 2015.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M.. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro**. Mercator, Fortaleza, v. 10, nº 23, pp. 111-128, set/dez. 2011.

PINHEIRO, Edmilson. Natureza do Agronegócio e sua configuração no Maranhão, Palestra proferida no Primeiro Seminário do Ciclo de Debates "Agronegócio no Maranhão exploração e miséria – destruição no campo e na cidade". Promovido pela Via Campesina, São Luís – MA no dia 26/04/2007.

PORTAL BRASIL. **Governo anuncia municípios atendidos pelo plano de desenvolvimento do Matopiba**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/governo-anuncia-municipios-atendidos-pelo-plano-de-desenvolvimento-de-matopiba>, acesso em 15.11.2015.

PORTAL BRASIL. **Matopiba se consolida como nova fronteira agrícola do País**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/matopiba-se-consolida-como-nova-fronteira-agricola-do-pais>, acesso em 15.11.2015.

PORTAL BRASIL. **Financiamento agrícola atingiu R\$ 40 bi de julho a setembro**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/financiamento-agricola-atingiu-r-40-bilhoes-de-julho-a-setembro>, acesso em 15.11.2015.

PORTAL BRASIL. **Brasil tem projeção de nova safra recorde, com 213 milhões de toneladas de grãos**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/brasil-tem-projecao-de-nova-safra-recorde-com-213-milhoes-de-toneladas-de-graos>, acesso em 15.11.2015.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2003 [1979].

SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A. A. de (orgs.). **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, M. **O Espaço dividido**. Edusp. São Paulo. 2ª Edição, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1996.

SILVA, C. A. F. **A Fronteira Agrícola Capitalista da Soja na Amazônia**. Revista Sociedade Brasileira de Geografia, 2006. s/p. Disponível em http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html Acessado dia 01/11/2013.

VENCOVSKY, V. P.; CASTILLO, R. A. **Sistema ferroviário pós-privatização e fluidez corporativa: o movimento de produtos agrícolas no território brasileiro**. Geusp, v. 21, p. 119-134, 2007.